



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração Conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

O rebatimento da crise estrutural do capital no Brasil: o processo de pauperização da classe trabalhadora

Renata Silva Souza¹
Marineia Viale Quinelato Vargas²
Soraya Gama de Ataíde Prescholdt³

Resumo: Este artigo consiste em analisar o processo de pauperização da classe trabalhadora considerado como uma das formas de expressão da “questão social” e seus rebatimentos nos últimos anos com o acirramento da crise estrutural do capital vivenciada no Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com as temáticas trabalho, precarização, crise estrutural do capital, questão social e pobreza. Pode-se observar que a acumulação de riqueza por parte do capital tem como consequência o pauperismo e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora, ainda com forte presença na contemporaneidade.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital; Classe Trabalhadora; Pobreza

The Impact of the Structural Crisis of Capital in Brazil: the process of pauperization of the working class

Abstract: This article consists of analyzing the process of pauperization of the working class, considered as one of the forms of expression of the "social question" and its repercussions in recent years with the intensification of the structural crisis of capital experienced in Brazil. In order to do so, we used bibliographical and documentary research on the themes of work, precariousness, structural capital crisis, social question and poverty. It was observed that the accumulation of wealth by capital results in pauperism and degradation of living conditions of the working class, still with a strong presence in contemporary society.

Keywords: Structural Crisis of Capital; Working Class; Poverty

¹Mestranda em Política Social e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Membro do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET vinculado ao Depto de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFES) e Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas sobre a Teoria da Dependência – Coletivo Anatólia de Melo no Programa de Pós-Graduação em Política Social (UFES). Email: renatas47@yahoo.com.br

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES e Bolsista PIBIC/UFES no Projeto "Desenvolvimento local e políticas públicas de trabalho e renda: condições de trabalho e as relações sociopolíticas dos trabalhadores do Pólo de Confecções da Glória" e Membro do Núcleo de Estudo do Trabalho da UFES (NET/UFES). E-mail: mqvargas@gmail.com

³Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora Adjunta do Depto de Serviço Social da UFES, Coordenadora da Pesquisa "Desenvolvimento local e políticas públicas de trabalho e renda: condições de trabalho e as relações sociopolíticas dos trabalhadores do Pólo de Confecções da Glória" Financiada pela FAP/UFES e Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho da UFES (NET/UFES). E-mail: sorayagama@hotmail.com

Introdução

O processo de pauperização da classe trabalhadora tem sua gênese com o movimento histórico de acumulação do capital em sua forma clássica com o processo de industrialização na Inglaterra no século XVIII. Neste período consolida-se o modo de produção capitalista, marcado pelo conflito entre capital e trabalho e pelo surgimento de duas classes antagônicas e contraditórias: a burguesia e o proletariado (SANTOS; COSTA, 2006).

Nestas classes sociais respectivamente se encontram de um lado os possuidores dos meios de produção, e do outro, os que têm apenas a sua força de trabalho para vender em troca do salário. Nessa contradição, geradora da desigualdade social, encontra-se de um lado a concentração da propriedade privada e da riqueza nas mãos de poucos e no outro a concentração da miséria para a maioria que produz a riqueza (ZEFERINO, 2009).

Assim, segundo Santos e Costa (2006), disso resulta o processo de pauperização da classe trabalhadora e ao mesmo tempo, sua reação em face das precárias condições de vida e trabalho, organizando-se em movimentos de resistência e luta, pondo em evidência as mazelas da exploração capitalista.

Nesta perspectiva, Zeferino (2009) salienta que no Brasil, o fenômeno da pauperização manifesta-se de modo particular, uma vez que, o desenvolvimento socioeconômico brasileiro foi marcado pelo sistema de colonização que serviu aos interesses da acumulação primitiva do capital. Assim, no Brasil, o pauperismo tornou-se mais evidente com o fim da escravidão e posteriormente com o processo de industrialização, sendo que na contemporaneidade agrava-se ainda mais com a crise do capital e com a reestruturação produtiva nos processos produtivos e de organização do trabalho, engendrada no bojo dessa crise, bem como com o fortalecimento das políticas neoliberais.

Diante disso, este artigo consiste em uma breve análise introdutória do processo de pauperização da classe trabalhadora, considerado como uma das manifestações da “questão social”, que tem sua origem nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Desse modo, no próximo item será realizado um breve histórico da condição de pobreza; e no seguinte será analisado o acirramento do pauperismo da força de trabalho com a acumulação capitalista; e por último, a pauperização da classe trabalhadora no cenário contemporâneo brasileiro.

A Historicidade e o Caráter Multifacetado da Condição de Pobreza

A literatura sobre a pobreza mostra que as representações sociais dessa condição social sofreram transformações ao longo do tempo (HIMMELFARB, 1988). Desse modo, situações de pobreza e de miséria são fenômenos muito antigos na história da humanidade. Na Idade Média, a pobreza era vista como natural e com raízes no divino. O pobre tinha seu lugar numa hierarquia estabelecida e fazia parte de um sistema complexo no qual ele era protegido (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012).

A forte predominância da ideologia cristã, durante a Idade Média, teve como resultado a compreensão da pobreza como vontade divina. Instaurou-se, desta forma, aquilo que Leite (2002) chama de naturalização da pobreza, o que contribuiu para a maneira pela qual a pobreza e os pobres eram aceitos como partes integrantes e importantes nas sociedades medievais.

Leite (2002) explica a naturalização da pobreza, que significa vê-la como algo inquestionável, inelutável, que faz parte da realidade da mesma forma que os acontecimentos naturais sobre os quais não há controle. Isto significa, segundo Leite (2002, p. 10), “ignorar os vínculos de causalidade que a pobreza tem com a sociedade e a história, para concebê-la como algo que vem de “fora” do mundo social e a ele se impõem”. Em consonância com tal análise, Williams, Herkenhoff e Leite (2012) afirmam que,

O entendimento da pobreza como algo que foi criado e existia pela própria vontade de Deus e como um acontecimento inelutável contribuiu para que, durante a Idade Média, ocorresse a naturalização da pobreza e, ao mesmo tempo, para que os pobres e sua condição social fossem vistos como parte de todo social (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012, p. 44).

Essa mentalidade dominante configura-se como elemento essencial de situações que Castel (1998) chama de economia de salvação. Para esse autor, a economia de salvação expressa que, embora desprezado, o pobre poderia ser instrumentalizado para que o rico praticasse a caridade, ou seja, o pobre era entendido como uma espécie de objeto no qual o rico iria redimir seus pecados lhe prestando socorro.

Desse modo, segundo Williams, Herkenhoff e Leite (2012), os membros da sociedade medieval, em sua maioria, não ousavam confrontar a ordem existente, na qual se justificava a divisão entre ricos e pobres, visto que, a eventual contestação dessa divisão era considerada uma heresia, pois significava colocar-se contra a vontade divina.

No entanto, por mais precárias que fossem as condições de sobrevivência dos pobres, não existindo leis ou decretos formais relativos ao assunto, os pobres não eram desfiliaados socialmente, ou seja, não se encontravam desenraizados de seu meio social,

permanecendo em seus locais de origem (LEITE, 2008). Nessa perspectiva, o pobre na Idade Média, estava sob um sistema de proteção, marcado pelas relações de dependência e interdependência entre os membros da sociedade graças à rigidez de sua própria estrutura social e política, onde a família e a coletividade forneciam proteção aos necessitados. Nesse sentido, a condição de pobreza era amortecida pela força da solidariedade (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE; 2012).

Nesse contexto, de acordo com Williams, Herkenhoff e Leite (2012),

Dentro desses sistemas baseados nos laços de família e pertencimento comunitário, mesmo os mais vulneráveis ainda se encontravam protegidos, como ocorria com os órfãos ou aqueles cuja situação os tornava provisória ou definitivamente incapazes de manter seu lugar na sociedade. A pobreza, que normalmente já atingia imensa quantidade de pessoas, muitas vezes chegava a se expandir. Isso era devido, entre muitos fatores, à ocorrência constante de guerras e a períodos de fome massiva (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012, p. 46).

Desse modo, a pobreza não era encarada como um problema social. A estrutura rígida e a interdependência impediam que a pobreza e o pobre fossem vistos como fator de desestabilização interna.

Todavia, na transição da Idade Média para a Idade Moderna a visão da pobreza e do pobre mudou radicalmente, visto que ocorrem transformações na estrutura social e econômica, tais como a expulsão de camponeses do meio rural com o cerceamento dos campos, bem como a decadência do feudalismo, que por sua vez, liberou os pobres deixando-os ao arbítrio de uma economia mais livre, contribuindo para o surgimento de uma pobreza móvel ou indigência móvel, isto é, há o ressurgimento das migrações com indivíduos que não tinham vínculos estabelecidos com a coletividade na qual passavam a inserir-se (HIMMELFARB, 1988; CASTEL, 1998).

Leite (2002) afirma que o pobre foi deixado de ser visto como um próximo, sendo transformado em estranho, perigoso e indesejável para a sociedade. Os fatores ligados à política dos cercamentos de terras e a decadência da estrutura social feudal contribuíram para modificar profundamente as condições de vida e de trabalho de grande parte da população, que a partir de então, passa a contar somente com suas forças de trabalho para sobreviver. Assim, o pobre viu-se forçado a migrar em busca de trabalho (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012).

Leite (2002) aponta que nesse contexto, há um processo de mercantilização da vida em sociedade. As mudanças aconteciam de maneira muito rápida e, apesar de esforços locais, o número de pobres aumentava constantemente, dando início ao que

nomea-se desnaturalização da pobreza, onde a pobreza não é mais vista como natural, mas como uma ameaça à ordem social vigente.

De acordo com Leite (2008), nessa nova condição de pobreza, o pobre passa a ser visto como vagabundo, mendigo, vadio, ou seja, o termo vagabundo passa a identificar o novo tipo de pobreza. Para esse mesmo autor, aos pobres passaram a ser reservados trabalho forçado e reclusão em workhouses⁴ e diversos outros tipos de castigo como forma de explorar a sua força de trabalho.

Nesse período de transição da Idade Média para a sociedade Moderna pré-industrial, o pobre tinha de demonstrar sua capacidade ou aptidão para o trabalho, provando serem úteis e produtivos para a sociedade. Esse objetivo era atingido por meio do trabalho (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012).

Nesse contexto, Williams, Herkenhoff e Leite (2012) ressaltam que as ofertas de postos de trabalho não eram suficientes para preencher as lacunas deixadas pelo rompimento do antigo sistema de proteção medieval. As populações previamente seguras tornavam-se vulneráveis, pois o que estas ganhavam com sua atividade laboral, não era suficiente para manter suas famílias, obrigando-as a buscar assistência.

Surgem nesse período, vários códigos de trabalho que eram contrários ao código de assistência, visando à inserção dos indivíduos vistos como “desocupados” no sistema de atividades laborais (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012).

Entretanto, a condição de pobreza e junto com ela as novas relações sociais e de trabalho engendradas na sociedade Moderna, avançaria ainda mais com as particularidades que assume na emergente sociedade capitalista. Assim, a emergência do modo de produção capitalista fez-se sentir em todas as esferas da vida humana.

Acumulação Capitalista: concentração de riqueza e agravamento da pobreza da força de trabalho

Com o surgimento da sociedade capitalista, os antagonismos, contradições e consequências da relação capital e trabalho expressos pela classe trabalhadora e pela classe burguesa se tornam mais evidentes e acentuados. A população trabalhadora passa por um processo acentuado de pauperização que já existia antes da sociedade capitalista,

⁴ Workhouses eram casas de trabalho e também escolas que recolhiam adultos e crianças das camadas pobres que não tinham como sobreviver, e tinham como meta interiorizar neles costumes, hábitos e ideias vinculados à nova ordem produtiva, além de absorver o tempo livre desses indivíduos vistos como uma ameaça social (HIMMELFARB, 1988).

mas que tem em sua particularidade o fato do capitalismo necessitar dos pauperizados para se reproduzir (SANTOS; COSTA, 2006; ZEFERINO, 2009).

A Revolução Industrial teve grandes consequências sobre a configuração social, trazendo transformações nas esferas sociais, política e econômica, consolidando o sistema capitalista e significando também a substituição da ferramenta pela máquina. Esse momento revolucionário - de passagem da energia humana para a motriz - precisava de uma força superior à humana, que produzisse o bastante para atender ao mercado crescente, que requeria produtividade com rapidez (LEITE, 2008; SANTOS; COSTA, 2006).

Nesse contexto, os trabalhadores até então autônomos, tiveram dificuldades em concorrer com a produção capitalista fabril, o que fez aumentar a proletarização. Com a expansão do capitalismo, a pobreza enquanto condição social passa a afetar não somente a população sem trabalho, mas principalmente os trabalhadores industriais, que passam a ser agentes e ao mesmo tempo vítimas da Revolução Industrial (LEITE, 2002, 2008; CASTEL, 1998).

A análise de Marx (2013) sobre “A lei geral da acumulação capitalista” remete à realidade da classe trabalhadora diante do acúmulo e crescimento do capital. Assim, Marx (2013) pretende desvendar as contradições presente na reprodução ampliada do capital, mostrando que a miséria da maioria representa a riqueza da minoria, ou seja, ele busca entender em que medida o empobrecimento da classe trabalhadora é diretamente proporcional ao enriquecimento do capitalista, mostrando a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora.

Netto e Braz (2011) enfatiza que a acumulação de capital impacta fortemente a classe operária, de modo que,

No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do *exército industrial de reserva*, ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho (NETTO; BRAZ 2011, p. 142).

Entretanto, Netto e Braz (2011) ressalta que a acumulação capitalista não atinge o proletariado tão somente com o desemprego, mas também a classe trabalhadora vivencia, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. Nesse sentido, a pauperização pode ser absoluta ou relativa.

Conforme Marx (2013), a pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários vivenciam uma degradação geral: intensificação do tempo de trabalho, queda dos salários, rebaixamento do padrão de vida do trabalhador e aumento do exército ativo de trabalhadores – exército industrial de reserva - proporcionando ao capital uma enorme fonte de força de trabalho disponível. A pauperização relativa ocorrida mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, é caracterizada pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

Essa contradição é típica do sistema capitalista, a superpopulação relativa⁵ é essencial para esse modo de produção, ou seja, quanto maior o exército industrial de reserva maior será o pauperismo. Segundo Marx (2013), esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que se acumula riqueza, acumula-se também pobreza. Este é o fundamento do modo de produção capitalista, não socializar a riqueza socialmente produzida explorando cada vez mais a classe trabalhadora. Nesta perspectiva, Marx (2013) afirma que

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho [...] em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes candidatos ao exército industrial de reserva, [...] e em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria, ou seja, os aleijados, doentes, viúvas etc, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército de trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. [...] O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (MARX, 2013, p. 719).

Esta transferência de responsabilidade da classe burguesa para a classe trabalhadora é uma estratégia do sistema capitalista de naturalização da pobreza, que passa a responsabilizar o indivíduo por estar naquela situação degradante, mistificando todo o contexto histórico das relações sociais de produção e reprodução do sistema,

⁵Marx (2013) aponta que, superpopulação relativa adquire três formas variadas: a flutuante formada por operários que ora estão empregados, ora estão desempregados; a latente que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e acaba por migrar para zonas industriais surgindo oportunidade; e a estagnada formada por trabalhadores que não possuem trabalho fixo perambulando entre uma ocupação e outra.

separando os fatores econômicos do social, como se um não estivesse relacionado ao outro.

Segundo Siqueira (2012)

No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que no desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva em maior distribuição, mas em maior acumulação de capital. No capitalismo, a maior riqueza produzida significa maior apropriação privada, e não maior socialização dessa. A acumulação de riqueza, por um lado, é complementada pela pauperização (absoluta ou relativa) por outro (SIQUEIRA, 2012, p.374).

Este caráter antagônico da produção capitalista expressa à tendência em culpabilizar os pobres pela sua condição, naturalizando a lei da riqueza social.

Williams, Herkenhoff e Leite (2012) enfatizam que houve de fato um agravamento da pobreza durante a industrialização no século XIX. No entanto, esses autores ressaltam que esses pobres não eram representados somente por indivíduos “vadios”, “preguiçosos” que não queriam trabalhar, mas, sim de trabalhadores pobres, excluídos das promessas do mercado, ou seja, trabalhadores inseridos numa pobreza de massas trazida pela Revolução Industrial, pela expansão do capitalismo e pelas consequentes transformações sociais, chamada pauperismo.

Na primeira metade do século XX, o pobre ainda continua sendo responsabilizado por sua situação, ou seja, se era pobre, era porque não sabia lidar com os recursos disponíveis. A pauperização da classe trabalhadora acirra-se ainda mais neste período (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Adorno (1990) aponta que “a imensa massa de trabalhadores pauperizados e expropriados, condição estrutural de existência do capitalismo industrial, fazia emergir a “questão social”, colocando o imperativo da assistência na ordem do dia” (ADORNO, 1990, p. 14).

No Brasil, por exemplo, as condições do trabalho industrial, primavam pela precariedade: salários baixos sujeitos às flutuações do mercado; ambiente insalubre e perigoso, distribuição arbitrária de punições que incluíam multas, suspensão de pagamentos, redução salarial e dispensa. Não havia contratos formalizados que estipulassem garantias legais aos trabalhadores (ADORNO, 1990).

Assim, de acordo com Adorno (1990),

Diante de um quadro de pauperização crescente, não poucos, incorporados às empresas industriais e comerciais de pequena envergadura na qualidade de ajudantes, trabalhavam em troca de pagamentos incertos, ou em troca de vestuário, moradia, alimentação e aprendizagem do ofício (ADORNO, 1990, p. 14).

Nesta perspectiva, Valladares (1991) aponta que para a sobrevivência do trabalhador, todos os tipos de inserção no mercado de trabalho são considerados de alguma maneira como uma forma de trabalho. Ainda a autora reconhece que, os trabalhadores acabaram se tornando trabalhadores pobres, visto que, a pobreza incide maciçamente até mesmo sobre os trabalhadores regularmente empregados.

No contexto da expansão capitalista do segundo pós-guerra, a partir da nova condição do capitalismo monopolista, da expansão produtiva fordista e permeado pela organização e lutas dos trabalhadores, desenvolve-se uma nova estratégia hegemônica do capital, que incorpora a classe trabalhadora industrial-urbana. Assim emerge a ideia do Estado como mediador e, em alguns países desenvolvidos, a concepção de Welfare State. Esta concepção de Estado influenciada pelas ideias de Keynes e concretizada pelo pacto fordista permitiu a intervenção do Estado por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais (WILLIAMS; HERKENHOFF; LEITE, 2012).

Todavia, a hegemonia do Estado mediador, conhecido como os “anos de ouro” do capitalismo encontra seu fim por volta dos anos 1970 devido à eclosão da crise do capital quando as dívidas públicas e privadas crescem perigosamente (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Para Behring e Boschetti (2011), o fracasso do Estado mediador levou as elites a questionarem sua eficiência e colocarem em xeque as políticas sociais, abrindo assim, espaço para o ressurgimento de ideias liberais sob a forma neoliberal contribuindo ainda mais para o aumento do processo de pauperização da classe trabalhadora.

A Pauperização da Classe Trabalhadora no Cenário Contemporâneo Brasileiro

Foram profundas as transformações societárias emergentes que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo, de modo que esse capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos na contemporaneidade (ANTUNES, 2011).

Segundo Antunes (2011), estas transformações estão vinculadas às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, que por sua vez conectam-se aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica, potenciada em seus desdobramentos pela revolução informacional no contexto de crise estrutural do capital.

Nessa direção, Netto (2011) aponta que em consonância com as demandas do grande capital, o projeto neoliberal viu-se resumido no tríplice mote da *flexibilização* (da produção e das relações de trabalho), da *desregulamentação* (das relações comerciais, dos

circuitos financeiros e dos direitos laborais) e da *privatização* (do patrimônio público-estatal), tal conjuntura igualmente afeta os países capitalistas periféricos como o Brasil.

Nesse contexto, nos primeiros lustros do século XXI, a pobreza e a riqueza continuam a crescer em proporções diferentes, uma vez que, a grande maioria da população trabalhadora não está inserida na produção social da riqueza de modo igualitário.

O trabalhador brasileiro sofreu a maior queda de salários em termos reais entre os países do G-20 em 2016. Os dados divulgados pelo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016), registraram em 2016 a queda no salário real do brasileiro de 6,2%. Em 2015, a perda foi menor em 3,7%.

No caso do trabalhador brasileiro, tais dados supracitados evidenciaram o acirramento da crise estrutural do capital. O relatório da OIT (2016) ainda afirma que nos grandes países emergentes, o que se viu foi uma desaceleração da expansão dos salários, sendo a contração salarial acumulada no Brasil de 10% em dois anos (2015 e 2016).

Para Nascimento (2001), com a mundialização da economia capitalista, surgem os chamados “novos pobres”, ou seja, aqueles trabalhadores que foram expulsos do mercado de trabalho formal. Para essa autora, mesmo aqueles que conseguem emprego (trabalho informal) continuam em situação de vulnerabilidade. Assim, a mundialização do capital agrava ainda mais a condição de pauperização da classe trabalhadora.

Neste contexto, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o desemprego subiu 11,8% no trimestre entre setembro e novembro de 2016. A população desocupada chegou a 12 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2016, sendo que na comparação com o mesmo trimestre em 2015, o aumento foi de 3,1%. Esta taxa constitui-se a maior registrada nos últimos quatro anos (IBGE, 2016).

É nesse contexto que o desemprego, enquanto necessidade resultante pela busca de “diminuição dos custos” e da acumulação coloca-se como necessidade do capital. Nesse sentido, o desemprego estrutural coloca-se como característica dominante dessa fase do desenvolvimento histórico do capitalismo (MÉSZÁROS, 2006).

Para Mézáros (2006), nesse processo de desemprego estrutural e crescente formas precárias de contratação, muitos trabalhadores dos diversos setores foram obrigados a desenvolver uma polivalência, bem como a uma intensificação da jornada de trabalho.

Tal processo, associado à fase de acumulação flexível do capital, tem acarretado a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, principalmente via terceirizações (ANTUNES, 2011).

De acordo com Telles (1993), o que se observa na contemporaneidade não é apenas a pauperização crescente, mas igualmente a perda do estatuto do trabalhador, que por sua vez, encontra-se refém do desemprego e da concorrência de mercado que demandam qualificação crescente. Assim, Telles (1993) afirma que,

Com exceção talvez de um segmento mais qualificado, mais valorizado e mais preservado em seus empregos, uma ampla maioria dos trabalhadores tem uma trajetória regida pela insegurança, pela instabilidade e mesmo precariedade nos vínculos que chegam a estabelecer com o trabalho. São trabalhadores que transitam o tempo todo entre empresas diferentes, que permanecem muito pouco tempo nos empregos que conseguem, que têm, por isso mesmo, poucas chances de se fixar em profissões ou ocupações definidas e que estão sempre, real ou virtualmente, tangenciando o mercado informal através do trabalho irregular e precário como alternativa de sobrevivência nas circunstâncias de desemprego prolongado (TELLES, 1993, p. 12).

Nesta perspectiva, a autora ainda ressalta que,

A pobreza não é simplesmente fruto de circunstâncias que afetam determinados indivíduos (ou famílias) desprovidos de recursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho. O pauperismo está inscrito nas regras que organizam a vida social. É isso que permite dizer que a pobreza não é apenas uma condição de carência, passível de ser medida por indicadores sociais. É antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade. Parece claro que salários baixos, instabilidade, desemprego e subemprego são circunstâncias geradoras de pauperização (TELLES, 1993, p. 13).

De acordo com Santos e Costa (2006), o pauperismo como uma das principais expressões do caráter desumanizador do capital, assume também proporções mundiais com a polarização social e concentração de riqueza.

Conforme Costa (2009), a política econômica oriunda do processo de globalização neoliberal, ao privilegiar a estabilização monetária em detrimento do crescimento econômico, desencadeou o processo especulativo como norma estrutural do sistema. Tal conjuntura resultou numa estagnação econômica, que por seu turno, trouxe em seu bojo a precariedade das condições de trabalho, a concentração de renda e o aumento da pobreza.

Esta estagnação econômica está sendo evidenciada nas vendas do comércio varejista brasileiro que registrou no ano de 2016 a baixa de 6,2%, e no estado do Espírito Santo registrou-se um índice negativo de 10,6% conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Ainda, de acordo com o IBGE (2016), a perda da renda real e o aumento de preços dos alimentos em domicílio foram os principais responsáveis pelo desempenho negativo do setor e, além disso, os fatores que justificam

este desempenho são a diminuição do ritmo de financiamentos, a elevação da taxa de juros e a restrição orçamentária das famílias (IBGE, 2016).

Nessa configuração, Costa (2009) ainda enfatiza que,

A globalização financeira representa para os povos em geral e para as nações periféricas em particular uma enorme transferência de recursos do setor público para o capital financeiro especulativo [...] O domínio do capital especulativo provocou também a desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial, resultando na queda dos salários e no empobrecimento geral da população trabalhadora (COSTA, 2009, p. 177).

Nesse contexto, Sabadini (2011) enfatiza que sob a égide do capital fictício, que caracteriza os movimentos especulativos mundiais no capitalismo contemporâneo, o capital utiliza-se da flexibilidade do trabalho, do desemprego, das baixas salariais, da intensificação do trabalho, da produção de mercadorias menos resistentes e com menor tempo de vida útil para aumentar a rotação do capital, do crescimento das subcontratações – normalmente com salários menores e sem garantias sociais – e das reformas econômicas e sociais de cunho neoliberal, que voltaram à cena nas economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como tentativa de revigorar suas taxas de crescimento.

Desse modo, a pauperização da classe trabalhadora no atual estágio da dinâmica capitalista, revela-se de diversas formas, dentre as quais, o processo de contrarreforma do Estado que determina o empobrecimento das políticas sociais por meio da redução dos direitos sociais da classe trabalhadora tendo como consequência, o rebaixamento dos contratos e das condições do trabalho com o aumento da exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, Duvoux (2011) aponta que no curso das últimas décadas desenvolveu-se muito rapidamente uma pobreza laboriosa, visto que, ao lado do desemprego, o subemprego revela-se ser muito relevante. Ainda para o mesmo autor, o desenvolvimento da concorrência internacional e das terceirizações nos grandes grupos empresariais, conduziu ao empobrecimento da condição de vida, bem como de trabalho dos trabalhadores pouco ou não qualificados, intensificando o número de trabalhadores pobres na contemporaneidade no âmbito da crise estrutural do capital.

Considerações Finais

O empobrecimento da classe trabalhadora agravou-se com o predomínio das ideias neoliberais que permitiram ao capital executar a desregulamentação do mercado de trabalho. As iniciativas orientadas por esta lógica trouxeram poucas mudanças no

enfrentamento da condição de pobreza, tanto para os países desenvolvidos quanto para os países da periferia do capitalismo.

A pobreza, na contemporaneidade, não se restringe a uma única esfera. Ela acirrou-se nos últimos trinta anos, levando autores como Nascimento (2001), a caracterizá-la como uma nova pobreza: uma pobreza que se caracteriza pela substituição da força de trabalho pelas máquinas; pelo aumento do desemprego estrutural; pela flexibilização e precarização das relações de trabalho caracterizada por baixos salários e frágil sistema de proteção social; pela retração de políticas sociais de caráter universal. Uma pobreza ampliada pela reestruturação das economias mundializadas que expulsou e continua expulsando, grande contingente da população do mercado de trabalho protegido.

Diante disso, pode-se concluir que a pobreza e mais extensamente o processo de pauperização da classe trabalhadora, continua a ser uma condição social com forte presença na contemporaneidade. Assim, observa-se o agravamento do pauperismo, bem como da degradação de vida e de trabalho de milhões de trabalhadores em todo o mundo, principalmente nos países capitalistas periféricos. Portanto, pode-se inferir que, a acumulação de riqueza por parte do capital tem como consequência o pauperismo e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora.

Referências

ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 9-17, abr./jun. 1990.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DUVOUX, Nicolas. Nouveaux pauvres, nouvelles politiques. **Politiques Sociales et Familiales: Les politiques de lutte contre la pauvreté**. Paris, n. 104, p. 07-17, Juin 2011.

HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de la pobreza:** Inglaterra a principios de la era industrial. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

IBGE. **Indicadores IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílios Contínua 4º trimestre de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201604_trimestre_caderno.pdf](ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201604_trimestre_caderno.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2017.

IBGE. **Indicadores IBGE**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/pmc_201612_01.shtm>. Acesso em: 24 fev. 2017.

LEITE, Izildo Corrêa. **Desconhecimento, piedade e distância**: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza. 2002. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2002.

_____. Caminhos entrelaçados: pobreza, questão social, políticas sociais e sociologia. In: MANFROI, Vania Maria; MENDONÇA, Luiz Jorge V. P. de. (Orgs.). **Política Social, Trabalho e Subjetividade**. Vitória: Edufes, 2008. p. 209-227.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Tomo II.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. **Pobreza e sociabilidade**: vivendo por um fio. São Paulo: PUC-SP, 2001.

OIT. **Panorama Laboral 2016 América Latina y el Caribe**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2016. 136 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_537803.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SABADINI, Maurício de Souza. Trabalho e Especulação Financeira: uma relação (im)perfeita. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 241-269, 2011.

SANTOS, Edlene Pimentel; COSTA, Gilmaisa Macedo da. Questão Social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. **Revista Ágora Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 2, n. 4, p. 101-121, jul. 2006. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

SIQUEIRA, Luana Souza. Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p.353-384, jul./dez. 2012.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 6 n. 19, p.8-21, jul./dez. 1993.

VALLADARES, Licia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1991. p. 81-112.

WILLIAMS, Ava Renarda; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima; LEITE, Izildo Corrêa. Uma breve viagem pela história da pobreza: condições de vida, representações e formas de intervenção. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia. (Orgs.). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória: Edufes, 2012, p. 41-80.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny Gomes. A pauperização da classe trabalhadora rural: formas de organização e resistência dos trabalhadores sem terra. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4.; 2009. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009. p. 1-9. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/a-pauperizacao-da-classe-trabalhadora-rural-formas-de-organizacao-e-resistencia-dos-trabalhados.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.